



**CLIPPING INTERNET**  
**11/11/2022 ATÉ 11/11/2022**



# INDÍCE

---

1	CNJ	
	1.1 BLOG DO MINARD.....	1
2	ESMAM	
	2.1 BLOG MIVAN GEDEON.....	2
	2.2 SITE JORNAL PEQUENO.....	3
	2.3 SITE O MARANHENSE.....	4

## **BOMBA! CNJ determina afastamento do juiz Clésio Cunha**

Com voto de desempate da presidente Rosa Weber, CNJ afasta juiz Clésio Coelho Cunha por 8 votos a 7, o Pleno do CNJ restabeleceu medida cautelar de março de 2021 quando da instauração de Processo Administrativo Disciplinar contra o magistrado, por suspeita de violar as regras de imparcialidade, transparência, prudência, dignidade, honra e decoro estabelecidos na Lei Orgânica da Magistratura Nacional e no Código de Ética da Magistratura.

Clésio Cunha havia retornado às suas funções em junho deste ano por decisão monocrática do conselheiro relator do PAD, Luiz Fernando Bandeira de Melo.

Apesar do argumento temporal favorável, o processo tramita há um ano e oito meses e as testemunhas de acusação e defesa sequer prestaram depoimentos, a maioria dos conselheiros entendeu que uma decisão monocrática não pode ir de encontro à decisão colegiada que afastou o magistrado.

A má conduta de Clésio Cunha teria ocorrido em 2015, quando em menos de 24 horas depois de assumir como juiz substituto a Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís expediu alvará liberando depósito judicial na ordem de R\$ 9 milhões efetuado pela Vale.

Cerca de 300 famílias de pescadores cobravam na Justiça a compensação pelos danos provocados pela construção do Pier 4; obra portuária na área da hoje extinta Praia do Boqueirão.

Clésio foi designado para ocupar a vara de interesses difusos às vésperas da semana santa pela então corregedora-geral de justiça do TJ/MA, Nelma Sarney.

Bandeira de Melo não se limitou a razoabilidade de sua decisão que reconduzia o juiz ao cargo.

E, com base em suposições, resolve entrar no mérito da questão. Ressalta a sensibilidade social do magistrado e acusa a Vale de repetir no Maranhão o mesmo modus operandi aplicado em Mariana, quando do maior desastre ambiental ocorrido no país, também em 2015.

Segundo o nobre relator, o juiz Clésio foi tomado de senso de justiça e decidiu expedir os alvarás ao encontrar na vara Difusa uma fila de mulheres de pescadores com contas de energia para pagar.

Ao contrário da tragédia em Minas, acompanhada in loco por sua relatoria, no caso do porto em São Luís, Bandeira de Melo avaliou somente com base nos autos - é o que se imagina - daí a semelhança sem sentido entre os casos.

“Me parece que temos uma narrativa que foi construída pela empresa requerente,... aliás é o mesmo comportamento que verificamos no caso de Mariana. Você tem uma construção de narrativa de parcialidade do juiz, quando na verdade o que se tem aqui é garantir o direito de verba alimentícia para pessoas que dela dependiam. Honestamente não me parece no comportamento do juiz, ter qualquer tipo de conduta que mereça o afastamento das suas funções”, advoga.

Segundo o conselheiro, bastou determinar a expedição dos alvarás e ato contínuo a Vale começar a peticionar “contra o juiz, a fim de tentar demonstrar alguma parcialidade dele em prol dos pescadores..contestavam o número de pescadores, contestavam se eram mesmo ou não pescadores...”.

Semana Santa

A conselheira Salise Sanchotene inaugurou a divergência, inclusive na questão de mérito apregoada pelo relator.

Com contundência e com base na decisão inicial que instaurou o PAD e afastou Clésio Cunha de suas funções em março de 2021, Sanchotene ressaltou a gravidade do caso e a estranha designação da então corregedora Nelma Sarney às vésperas da semana santa e os indícios de sentença sob encomenda.

“Na manhã seguinte ele foi a Vara e despachou este processo sem analisar o processo. Isso é fato, isso aqui está no voto da corregedora ( CNJ ) quando propôs a abertura do PAD. Ele chegou com a decisão pronta “, acusou.

A conselheira também chamou atenção que os alvarás foram expedidos contrariando liminar do STJ e apesar da determinação de recolhimento dos valores liberados, o dinheiro nunca retornou ao caixa da Justiça.

“Os recursos sumiram. Foram sacados por advogados e pessoas, segundo a magistrada que foi ouvida também na investigação preliminar, que não faziam parte do polo passivo nem ativo da demanda”.

Sanchotene destacou que Clésio Cunha já responde a um outro PAD, que já está em fase final. Em um intrincado jogo de liminares e designações ele teria facilitado aprovação em concurso de um assessor da desembargadora Sarney. Nesta, os dois emolduram o banco dos réus.

“A desembargadora Nelma também é investigada nesse outro PAD que tramita aqui no conselho. Então os fatos são graves e a corregedora [CNJ] quando propôs o afastamento disse que era muito importante que ele [Clésio] ficasse afastado enquanto a instrução tivesse prosseguimento”.

A preocupação é que de volta ao batente o juiz possa interferir nos depoimentos das testemunhas.

O pleno do CNJ aprovou a prorrogação do PAD por 140 dias.

## Mostra de Arte e Cultura do Judiciário acontece nesta sexta (11)

No dia 11 de novembro, a Escola Superior da Magistratura do Maranhão realiza a 15ª edição do projeto ESMAM Cultural, evento já consolidado com espaço de cultura e arte do Judiciário maranhense. Nessa edição, a escola preparou uma programação especial para receber profissionais da Justiça e seus convidados e convidadas. O evento marca a programação comemorativa dos 36 anos da ESMAM.

O evento acontece na Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), localizada no Calhau, e tem início às 18h, com a apresentação das Pratas da Casa - iniciativa que visa reconhecer e valorizar os talentos do Judiciário do Maranhão. A entrada é aberta a todos os profissionais do Judiciário e seus convidados, mediante pulseira de acesso ao local, que será obtida em troca de 1Kg de alimento não perecível, no evento ou antecipadamente na sede da ESMAM.

Clarisse e Dijé prometem arrancar muitas gargalhadas do público presente, com as boas histórias e os dilemas da Comédia Pão com Ovo. O grupo teatral retrata, de forma bem humorada, situações cotidianas das famílias maranhenses de diferentes classes sociais, valorizando a cultura, os costumes e o linguajar local. Sempre se reinventando, a peça é sucesso de crítica, já ganhou quadro em programa de televisão e foi apresentada em teatros de outros estados.

Como já é tradição, o projeto abre espaço para as diversas formas de manifestação artística, como as já consolidadas apresentações musicais trazidas em outras edições do ESMAM Cultural. Desta vez, quem gosta de boa música terá a oportunidade de apreciar todo o talento do cantor Mano Borges e de se embalar com o ritmo contagiante do Grupo Lamparina.

Natural do Piauí, Mano Borges veio ainda pequeno para o Maranhão, onde se radicou e se dedicou à música. Cantor e compositor renomado, já publicou diversos álbuns e é dono de letras e clipes premiados, como País de Brincadeira, Tango Lupiciano, Você é Tudo e Os Nós. Participou de eventos nacionais e internacionais e realizou diversas parcerias de sucesso.

O Grupo Lamparina, idealizado pelo músico Paulinho Oliveira e originalmente composto por 11 integrantes, surgiu com a proposta de resgate da musicalidade maranhense, com forte apelo aos ritmos nordestinos. A Banda, consagrada no cenário maranhense, também já participou de eventos importantes no Brasil e outros países, como Argentina, Colômbia, Peru e França.

Além de uma profusão de ritmos - como tambor de crioula, toadas, coco, forró, marchinhas -, Lamparina traz para o palco do ESMAM Cultural muita irreverência, um figurino colorido e a promessa de fazer o público dançar e cantar. Esta edição conta com a parceria e apoio do Grupo Mateus, Equatorial Energia, Costa Araçagy Condomínio Clube, Potiguar, Associação dos Magistrados e Secretaria de Estado de Turismo. (Ascom ESMAM)

## **Debate sobre regularização fundiária é um dos focos do congresso do TJ-MA**

Entram na pauta de discussão temas como o combate à violência contra a mulher e o sub-registro de nascimento.

Fonte: Luciene Vieira

Data de publicação: 11/11/2022

O desembargador Paulo Velten exaltou resolutividade já alcançada em regularização fundiária, combate ao sub-registro e proteção da mulher (Foto: Gilson Ferreira)

As ações na Justiça pela regularização da posse de terras maranhenses ganharam o foco do “Congresso Atuação Estratégica do Sistema de Justiça no Tratamento de Demandas Sociais”. O evento foi promovido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), e aconteceu no auditório Madalena Serejo, no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, nessa quinta-feira (10).

A erradicação do sub-registro de nascimento e o combate à violência contra mulher também foram temas discutidos pelo Sistema Judiciário. De acordo com o desembargador Paulo Velten, que é o presidente do TJ-MA, o Poder Judiciário atua como uma “espécie de agência regulatória”.

Na área da regularização fundiária, o desembargador Paulo Velten citou o levantamento das áreas e o cadastramento dos moradores como possíveis soluções, que resultariam nas certidões registradas em cartório, que são atividades delegatárias do Poder Judiciário.

“Regularização fundiária é um problema seríssimo das cidades hoje, que adquiriram uma função social e que, portanto, têm que trabalhar na urbanização, na organização de espaço de moradia das pessoas. Isto pode ser feito com um trabalho integrado, em conjunto entre as diversas instituições de Justiça, e com o Poder Executivo, por meio da Regularização Fundiária Urbana (Reurb)”, destacou Velten.

Reurb é o procedimento por meio do qual se garante o direito à moradia daqueles que residem em assentamentos informais localizados nas áreas urbanas. O juiz Douglas de Melo Martins declarou que nenhum órgão se sinta seguro demais para liderar a regularização fundiária, sem a participação de outras instituições.

“As medidas jurídicas dependem, também, do Poder Legislativo. Medidas urbanísticas dependem do Município, porque os projetos de urbanização têm a ver com a ideia de cidade, que a administração municipal tem. E, também é necessária a participação dos órgãos ambientais, na proteção das margens de rios, e, por último, o aspecto social, com a participação dos órgãos que têm esta função de organização, na garantia da assistência social”, informou Melo Martins.

### **COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

“Na área do combate à violência contra a mulher, nós podemos orientar como isto tem sido feito em parceria

com diversos atores do sistema de Justiça, e do Poder Executivo, por meio da Segurança Pública. Temos que trabalhar pensando em exorcizar na sociedade esta cultura, que advém do machismo estrutural. Esta é uma pauta importantíssima, que num congresso como este, nós vamos discutir sabendo qual é o papel de cada um dos atores no Sistema de Justiça”, declarou o presidente do TJMA, o desembargador Paulo Velten.

No campo de combate ao subregistro de nascimento, segundo o desembargador, as melhorias poderiam surgir com a expansão das unidades interligadas, e a própria realização do registro tardio. “Podemos resolver isto, com um ‘pouquinho’ de esforço e empenho a mais, para eliminarmos esta chaga, que nos envergonha a todos, que é a de não assegurar o acesso à documentação básica”, frisou Velten.

A defensora pública Elaine Barros afirmou que a erradicação do sub-registro de nascimento e ampliação do acesso à documentação básica são as principais pautas da Defensoria Pública do Estado (DPE), neste biênio de gestão. “Nós realizamos diversas parcerias, inclusive com o Tribunal de Justiça. Temos levado nossas unidades móveis: a carreta dos direitos, o ônibus e a van, para diversas localidades do Maranhão, a fim de cumprimos com este nosso objetivo”, informou.

O Congresso Atuação Estratégica do Sistema de Justiça no Tratamento de Demandas Sociais teve a participação de representantes do Ministério Público, Defensoria Pública e advogados. De acordo com o desembargador José Jorge Figueiredo, que é o presidente da Escola Superior da Magistratura (Esmam), o objetivo do evento foi reunir todos os operadores de Direito: desembargadores, juízes, promotores, procuradores de Justiça, advogados e defensores públicos. “Dentro deste conjunto de operadores de Direito, procurarmos dar à sociedade respostas imediatas das demandas sociais”, destacou Figueiredo.